



Reporte Anual 2013



Víctor Hugo Inchausty

Director Regional
UICN – Oficina Regional para América del Sur

Amigas y amigos sudamericanos,

Cuando trabajamos en temas y lugares que nos apasionan, el tiempo pasa sin que podamos percibirlo. En este reporte, compartimos con ustedes información sobre los proyectos que implementamos en la región.

La oficina regional tiene en la actualidad un portafolio sólido de iniciativas que se ejecutan en los diferentes países de la región y que, en su mayoría, son implementadas por organizaciones miembro, con la participación de expertos de comisiones y socios estratégicos.


Muchos ya nos conocen; a quienes no, los invito a leer las siguientes páginas y a descubrir nuestro trabajo y lo que esperamos sea una contribución a la conservación y al desarrollo sostenible de América del Sur.

Producido por: UICN – Oficina Regional para América del Sur, 2013 – 2014.

Edición: Verónica Moreno y Carolina Díaz

Diseño: Manthra Comunicación Integral

Valoración y Conservación de la Naturaleza



América del Sur enfrenta uno de los mayores riesgos de degradación de ecosistemas y extinción de especies. Para contrarrestar esto, se requiere un mayor esfuerzo en materia de conservación y uso sostenible del patrimonio natural. La Oficina Regional para América del Sur trabaja con actores relevantes -tomadores de decisiones y usuarios- para que incorporen en sus mecanismos de decisión y en sus prácticas, instrumentos integrales para la conservación y el uso sostenible de bienes y servicios que ofrecen los ecosistemas.



La UICN trabaja constantemente por la implementación de las Metas de Aichi del Convenio sobre la Diversidad Biológica en América del Sur. Sus actividades se concentran en la promoción de las Metas de Aichi 11 (sobre cobertura de áreas protegidas); Meta 12 (sobre especies amenazadas); y Meta 20 (sobre movilización de recursos financieros para la conservación de la biodiversidad).



Projeto Painel Brasileiro de Biodiversidade- PainelBio

Na 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU, foram propostas as Metas de Aichi, para o período 2011 a 2020. Em resposta a isso, o Programa Nacional da Diversidade Biológica no Brasil aprovou as 20 Metas Brasileiras de Biodiversidade para 2020. Para o alcance destas metas será necessária a articulação entre os vários setores da sociedade para integrar e potencializar as iniciativas relacionadas à conservação da biodiversidade em curso no país. Este amplo debate será imprescindível para a construção de uma estratégia nacional e plano de ação para a biodiversidade.

O PainelBio é uma rede voluntária e colaborativa de instituições dos diferentes setores da sociedade, que por meio de ações conjuntas, visa o alcance e implementação das Metas Brasileiras. O PainelBio tem por objetivo contribuir para a conservação e uso sustentado da biodiversidade brasileira, promovendo sinergias entre instituições e áreas de conhecimento, disponibilizando informação científica para a sociedade, fomentando capacitações em diversos níveis e subsidiando tomadas de decisão e políticas públicas.

Por meio de uma secretaria executiva, núcleos temáticos e um conselho deliberativo, esta rede multisetorial que compreende organizações públicas e privadas articuladas, terá como principais atividades: auxiliar a formulação de indicadores que demonstrem os avanços e necessidades de ações relativas às Metas de Aichi no Brasil; apoiar a formulação e implementação de políticas e a gestão da biodiversidade por meio da identificação de informações, ferramentas e metodologias relevantes; catalisar esforços para a geração de informações nas lacunas existentes; efetuar avaliações regulares e oportunas sobre os serviços da biodiversidade e dos ecossistemas e suas interligações, promovendo o monitoramento e o alcance das Metas Brasileiras; definir prioridades e fomentar a capacitação para melhorar a interface entre ciência e política e a gestão da biodiversidade; e fomentar a conscientização da sociedade brasileira sobre a importância da biodiversidade.



©UICN Oficina Nacional Brasil

Participantes: CEPAN, IPÊ, JBRJ, SCMamirauá, WWF-Brasil, FUNDHAM, Fundação Neotrópica, FVA, CEDES, ISA, CNI, Aprender, Fio-Cruz, IUCN, Fundação Boticário, Fórum do Mar, SBF/MMA, ICMBio.

Doador: GEF/Banco Mundial/PROBIO II/MMA.

Projeto

Painel Brasileiro de Biodiversidade- PainelBio



©Eduardo Fernandez



Luiz Merico,
Coordinador Nacional,
Oficina de la UICN en Brasil

Luego de dos años de discusiones sobre las Metas de Aichi, en las que participaron más de 280 organizaciones en Brasil, la UICN sistematizó y entregó al gobierno los resultados. En agosto del 2013, la Comisión Nacional de Biodiversidad aprobó las sugerencias de las organizaciones de lo que se conoce como Metas Brasileñas asociadas a las Metas de Aichi.



Projeto Painel Brasileiro de Biodiversidade (PainelBio)



Entidades gubernamentales con las que trabaja:

4 (Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ; Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCT; e Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente - SBF/MMA).



Monto del proyecto:
R\$ 157.900,00.



Organizaciones non gubernamentales con las que trabaja:

14 (Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste-CEPAN; Instituto de Pesquisas Ecológicas-IPÊ; WWF-Brasil; Fundação Museu do Homem Americano-FUNDHAM, Fundação Neotrópica, Fundação Vitória Amazônica-FVA, Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável-CEBDES, Instituto Sócio-Ambiental-ISA, CNI, Aprender, IUCN, Fundação Grupo Boticário, Fórum do Mar.



Biodiversidade brasileira: mais de 100 mil espécies de invertebrados, aproximadamente 8.200 espécies de vertebrados (713 mamíferos, 1.826 aves, 721 répteis, 875 anfíbios, 2.800 peixes continentais e 1.300 peixes marinhos) e 44.105 espécies da flora (4.372 algas, 32.251 Angiospermas, 1.527 Briófitas, 4.700 Fungos, 30 Gimnospermas e 1.225 de Samambaias e Licófitas).



Projeto Lista Vermelha de Ecossistemas

As avaliações internacionais de ameaças à biodiversidade estão profundamente atreladas às listas vermelhas de espécies da IUCN. No entanto, a informação isolada de espécies não oferece dados suficientes sobre o estado de conservação dos ecossistemas, dos serviços ecossistêmicos e sobre as necessidades de gestão ambiental. Portanto, a aplicação da metodologia de Lista Vermelha de Ecossistemas (LVE) no Brasil, gerando uma avaliação nacional comparável com o resto do mundo, é de grande utilidade para a conservação desses ambientes e para a tomada de decisão em políticas públicas.

Este projeto busca identificar os atores-chave e iniciar um processo de articulação e capacitação dos mesmos para construir a Lista Vermelha de Ecossistemas do Brasil. Objetiva-se a consolidação de uma estratégia de implementação da metodologia da LVE a nível nacional, com a participação de pesquisadores e especialistas, órgãos governamentais, ONGs e setor privado. Além disso, objetiva-se um produto final que sirva de exemplo pioneiro para outros países interessados e contribua para a construção de um cenário de conservação dos ecossistemas a nível global.

A través da produção de material de divulgação com linguagem adequada sobre as principais espécies nativas que podem ser utilizadas no processo e as bases legais desta atividade de acordo com o novo código florestal do país, o projeto fornecerá suporte técnico necessário para a obtenção de madeira mais sustentável na cadeia produtiva do tabaco na região sul do Brasil. Além disso, busca articular os atores-chave de diferentes setores da sociedade, no sul do Brasil, para definir uma visão de futuro comum e planos de trabalho detalhados para o estabelecimento de duas Comunidades de Conhecimento em silvicultura e manejo de espécies nativas, especialmente focadas na produção de lenha na região produtora de tabaco.



©Fausto Pires

Participantes: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio De Janeiro-JBRJ, Instituto Chico Mendes-ICMBio, Ministério do Meio Ambiente-MMA, Fundação Oswaldo Cruz - FioCruz, Universidade de Brasília - UnB, Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo – SEMA/SP, Centro de Pesquisas do Pantanal-CPP/UFMT, Instituto de Pesquisas Ecológicas-IPÊ, Instituto Socioambiental-ISA, Fundação Biodiversitas, WWF-Brasil, União Internacional para a Conservação da Natureza-UICN Brasil, Sociedade Alemã para Cooperação Internacional-GIZ, Asociación Civil PROVITA.

Doadores: Embaixada do Reino dos Países Baixos no Brasil; Asociación Civil PROVITA; IUCN-NL; e IUCN/WCEM.



Reservas o áreas naturales en los que se implementa:

5 regiões do país, contribuindo com a conservação, entre outras áreas naturais, das seguintes Unidades de Conservação Federais:

- **Bahia:** Reserva Extrativista Baía de Iguape; Parque Nacional do Pau Brasil; Parque Nacional da Serra das Lontras; Parque Nacional da Chapada Diamantina; Refúgio de Vida Silvestre Rio dos Frades; Refúgio da Vida Silvestre de Una; Estação Ecológica Raso da Catarina.
- **São Paulo:** Reserva Extrativista Mandira; Floresta Nacional de Ipanema; Parque Nacional da Serra da Bocaina; Estação Ecológica Mico-Leão-Preto; Área de Proteção Ambiental Mananciais do Rio Paraíba do Sul; Floresta Nacional de Capão Bonito; Área de Relevante Interesse Ecológico Mata de Santa Genebra; Floresta Nacional de Lorena.
- **Minas Gerais:** Floresta Nacional de Ritapolis; Floresta Nacional de Passa Quatro; Parque Nacional do Caparaó; Reserva Biológica da Mata Escura; Parque Nacional das Sempre-Vivas; Parque Nacional da Serra do Cipó; Parque Nacional da Serra da Canastra; Parque Nacional Cavernas do Peruaçu; Floresta Nacional de Paraopeba; Área de Proteção Ambiental do Morro da Pedreira; Área de Proteção Ambiental do Carste de Lagoa Santa; Estação Ecológica de Pirapitinga.
- **Pantanal:** Estação Ecológica de Taiamã; Parque Nacional do Pantanal Matogrossense.
- **Bacia do Tapajós:** Reserva Extrativista Renascer; Reserva Extrativista Tapajós-Arapuins; Reserva Extrativista Verde Para Sempre; Floresta Nacional do Jamaxim; Floresta Nacional do Tapajós; Floresta Nacional de Mulata; Floresta Nacional Altamira; Área de Proteção Ambiental do Tapajós.



Ecossistemas en los que trabaja:

Pantanal, Mata Atlântica, Amazônia, Caatinga, Pampas e Cerrado.



Monto del proyecto:
R\$ 276.227,20



Número de hectáreas involucradas:
231.657.000 ha.



Gobiernos locales con los que trabaja:

3 (Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente da Bahia, Secretaria do Meio Ambiente de Minas Gerais).



Organizaciones non gubernamentales con las que trabaja:

7 (Instituto de Pesquisas Ecológicas-IPÊ, Instituto Socioambiental-ISA, Fundação Biodiversitas, WWF-Brasil, União Internacional para a Conservação da Natureza-UICN Brasil, Sociedade Alemã para Cooperação Internacional-GIZ, Asociación Civil PROVITA).



Entidades gubernamentales con las que trabaja:


7 (Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio De Janeiro-JBRJ, Instituto Chico Mendes-ICMBio, Ministério do Meio Ambiente-MMA, Fundação Oswaldo Cruz - FioCruz, Universidade de Brasília - UnB, Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo - SEMA/SP, Centro de Pesquisas do Pantanal-CPP/UFMT).



O Brasil e a Lista Vermelha de Ecossistemas

Projeto

Lista Vermelha de Ecossistemas



La principal amenaza a la conservación de la biodiversidad es la pérdida de hábitat. Como un complemento a la Lista Roja de Especies Amenazadas de la UICN, la UICN ofrece una nueva herramienta de conocimiento que apoyará el manejo y uso sostenible de la biodiversidad. La Lista Roja de Ecosistemas se aplica en tres países de América del Sur con interesantes resultados.



©Haroldo Palo Jr



Larissa Barbosa Teixeira, Especialista en Gestión Ambiental



A partir da aplicação metodológica da Lista Vermelha de Ecossistemas da UICN na Mata Atlântica conclui-se que, embora existam alguns desafios a serem transpostos para garantir seu estabelecimento no Brasil, a metodologia se apresenta como de fácil aplicação na presença de dados consistentes, contribuindo significativamente para gerar informações mais específicas acerca do estado de conservação dos ecossistemas, quanto sua extensão, estrutura, funções e principais ameaças.

Quanto aos resultados obtidos da sua aplicação no Domínio Mata Atlântica, conclui-se que a metodologia agregou informações às já existentes na literatura, porém de modo mais específico e objetivo, através de classificações de risco (CO, CR, EN, VU, NT), tanto por Domínio como um todo quanto por estados, permitindo assim localizar áreas com os distintos níveis de ameaça, uma vez que área de estudo dispõe de informações.

Tal metodologia permitiu trazer à luz algumas questões pertinentes, por exemplo, as disparidades na definição de ecossistemas no Brasil, seus limites, distribuição, entre outras, bem como as limitações de sua aplicabilidade em algumas regiões como na Caatinga e em ecossistemas marinhos, onde há uma significativa carência de informações, necessárias ao uso desta ferramenta.

Entretanto, a despeito destas limitações e com base na sua aplicação prática na Mata Atlântica, pode-se concluir que a Lista Vermelha de Ecossistemas da UICN é uma promissora ferramenta para conservação no Brasil, podendo fornecer subsídios à gestão das Áreas Prioritárias para Conservação, através de um respaldo sólido nos conhecimentos científicos e articulação às outras ferramentas para gestão ambiental, como as Listas Nacionais de Espécies Ameaçadas de Extinção, legitimando, portanto, a proposta para contribuir na tomada decisões, a fim de consolidar políticas públicas mais consistentes na conservação da biodiversidade brasileira.



Hoy en día los países aún enfrentan grandes retos para la implementación y el cumplimiento de sus marcos nacionales de ABS, sin embargo se espera que la definición de estos elementos aumente la seguridad jurídica de los diferentes actores al momento de negociar un contrato que involucre sus recursos genéticos, para garantizar una correcta implementación nacional del Protocolo de Nagoya.



Proyecto GEF ABS LAC

La ratificación del Protocolo de Nagoya, en el marco del Convenio sobre la Diversidad Biológica (CDB), presenta grandes desafíos para los países que ya lo han firmado y para los que se plantean su próxima adhesión. Uno de esos retos es fortalecer sus capacidades para desarrollar y aplicar los requerimientos del CDB relacionados con el Acceso y Distribución de Beneficios (ADB) y los conocimientos tradicionales asociados.

Este proyecto busca asegurar que los principios de conservación, sustentabilidad, equidad y justicia del CDB relacionados con el acceso, la distribución de beneficios y la protección del conocimiento tradicional estén incorporados en el desarrollo y la implementación de políticas públicas, normas, programas e iniciativas en Colombia, Ecuador, Perú, Cuba, Panamá, Costa Rica, República Dominicana y Guyana.

Para lograrlo, el proyecto trabajó en el fortalecimiento de capacidades de los países para desarrollar, implementar y aplicar los requisitos del Convenio de Diversidad Biológica y de las reglas relativas a la protección del conocimiento tradicional asociado a los recursos genéticos para generar una mayor comprensión y mejorar las habilidades de negociación de los contratos y acuerdos de acceso, alineados con las decisiones nacionales sobre ADB.

El proyecto produjo varias publicaciones relacionadas con el ABS; la primera recopila seis estudios de caso; las siguientes analizan los temas de investigación, comercio y cosmovisión indígena; implementación del Protocolo de Nagoya y herramientas de apoyo. Esta información está disponible en: <http://adb.portalces.org>



©George Jaksch

Financiado por: GEF.

Implementado por: PNUMA y UICN, a través de sus oficinas regionales para América del Sur y Mesoamérica.

Fortalecimiento de la
Implementación de los
regímenes de Acceso
a Recursos Genéticos y
Distribución de Beneficios en
América Latina y el Caribe –
estudios de caso.



Monto del proyecto:
USD 1.800.000



Organización indígena
con la que trabaja:
Red de Mujeres Indígenas sobre Biodiversidad de
América Latina y el Caribe (RMIB-LAC).



Países en los que se implementa
Colombia, Costa Rica, Cuba,
Ecuador, Guyana, Panamá, Perú
y República Dominicana



Emma Rivas,
Especialista en Biotecnología.
Dirección General
de Diversidad Biológica,
Ministerio del Ambiente del Perú.



Ha sido enriquecedora la capacitación de dos especialistas del MINAM en el taller de negociación de contratos de acceso y distribución de beneficios, realizado en marzo de 2013, en Cuba; además de la participación en el taller nacional sobre acceso y distribución de los beneficios con diversos actores. A partir de éste y otros procesos, el ministerio desarrolló un módulo didáctico de diálogo intercultural sobre el acceso a recursos genéticos entre organizaciones y funcionarios.



Alejandro Lago,
Director de la Cátedra UNESCO
sobre Territorio y Medio Ambiente
de la Universidad Rey
Juan Carlos de España.



Cada petición de acceso debería constituir un ejercicio simple de plasmar los objetivos de una política/estrategia de ABS. Antes, por supuesto, será necesario tener claro el estado de la biodiversidad de un país y las oportunidades que ofrece; así como la situación de la investigación en biotecnología.

Gobernanza efectiva y equitativa del uso de los recursos naturales



El fortalecimiento de la gobernanza de los recursos naturales genera beneficios tangibles para los medios de vida de las sociedades y mejora su capacidad de adaptación y respuesta a los cambios que se producen en un territorio. La Oficina Regional para América del Sur promueve un mejor entendimiento de la gobernanza, así como de las particularidades de ésta en los territorios indígenas; a través de sus proyectos aporta a los procesos locales de gobernanza efectiva basados en la equidad social.

Una importante contribución en el tema de gobernanza de los recursos naturales ha sido la investigación, el análisis y la discusión sobre el uso del conocimiento tradicional como una estrategia para la adaptación al cambio climático. La UICN lideró un proceso de reflexión regional desde la puesta en valor de prácticas locales hasta los retos futuros de vinculación sectorial de políticas públicas en los niveles nacionales; todo esto para aprovechar del conocimiento local de nuestra región y sus potencialidades en la adaptación social hacia cambios futuros del clima.



Proyecto

El clima cambia, cambia tú también

Los pueblos indígenas y las comunidades locales han conservado conocimientos y prácticas tradicionales que les ha permitido adaptarse a cambios ecológicos durante siglos. Si a esto sumamos las estrategias que desarrollan para hacer frente a fenómenos externos, con seguridad tendremos conocimientos valiosos para la adaptación al cambio climático.

Este proyecto busca identificar estos conocimientos y prácticas de adaptación en Colombia, Ecuador, Perú y Bolivia para facilitar su inclusión en los instrumentos de gestión, así como generar recomendaciones que traduzcan estos en elementos en el desarrollo de políticas públicas y marcos normativos.

Para lograrlo, el proyecto desarrolló estudios de casos de prácticas ancestrales, procesos de fortalecimiento de capacidades para la adaptación al cambio climático e implementó una campaña de comunicación para públicos objetivo a través de medios diversos.



Financiado por: AECID.

Implementado por UICN y SPDA, con el apoyo de: Fundación Ecociencia, Tropenbos Internacional Colombia, Instituto de Montaña, Fundación para la Conservación del Bosque Seco Chiquitano y Asociación de Agrónomos y Veterinarios.

La Publicación Sabiduría y Adaptación- el Valor del Conocimiento Tradicional para la Adaptación al Cambio Climático en América del Sur, recopila reflexiones y análisis de distintos autores, sobre la propuesta que hace la UICN sobre la necesidad y la importancia de reconocer el valor que tiene el conocimiento tradicional para la adaptación al cambio climático. Algunos de los temas que se analizan, son: enfoques para la adaptación al cambio climático, cambio climático y conocimientos tradicionales, conocimiento tradicional y políticas públicas, mujeres indígenas y cambio climático, adaptación comunitaria y gobernanza, entre otros.

La publicación está disponible en: <https://portals.iucn.org/library/node/43181>.



Proyecto


El clima cambia, cambia tú también



Roberto Vides Almonacid,
Director de la Fundación
para la Conservación
del Bosque Chiquitano,
Santa Cruz, Bolivia,
organización participante
del proyecto El clima cambia,
cambia tú también.



El Foro Regional sobre Adaptación al Cambio Climático basada en Conocimientos Tradicionales, que se llevó a cabo en Ecuador, en noviembre de 2013, ofreció a más de 50 personas que trabajan en temas vinculados con los saberes ancestrales, la oportunidad de analizar y discutir sus potencialidades, limitaciones, barreras y oportunidades en las estrategias locales, nacionales y globales de adaptación al cambio climático. Fue el primer evento de este tipo en América del Sur que se puso de relieve no sólo los resultados del proyecto sino –fundamentalmente– lo que significa en términos conceptuales y prácticos la adaptación al cambio climático basada en el conocimiento tradicional. Las conclusiones y recomendaciones generadas servirán, seguramente, de fuente para que estos saberes sean tenidos en cuenta en las políticas públicas sobre cambio climático, a diferentes escalas en la región.



En 2013, la implementación del proyecto dejó varios aprendizajes en cada uno de los países para la generación de conocimientos sobre el páramo desde una perspectiva regional, rescatando los vínculos que unen a las comunidades de los páramos en la región desde sus realidades particulares para el desarrollo de propuestas de conservación del ecosistema y de valoración de los servicios ambientales que éstos proveen, más allá de los límites políticos.



Proyecto Comunidades de los Páramos

En los últimos años se ha visto un progreso significativo en la sensibilización sobre el papel que el páramo cumple en la seguridad del agua y el sustento de las comunidades rurales. Esto ha significado un progreso tanto en la formulación de políticas, como en el desarrollo de la experiencia a nivel local. Sin embargo, persisten los problemas con respecto al fortalecimiento de la gobernabilidad regional del páramo frente al cambio climático

Este proyecto busca fortalecer el aprendizaje, la colaboración y las capacidades de los actores locales y los tomadores de decisión para implementar acciones de adaptación al cambio climático entre los páramos de Colombia, Ecuador y Perú.

Para lograrlo, se trabajará en la generación de conocimiento sobre los efectos del cambio climático y la capacidad de adaptación. También se fortalecerán las capacidades de las mujeres y los hombres rurales de las regiones de páramo sobre buenas prácticas para la adaptación. Además, se propone incidir en políticas y leyes de ordenamiento territorial de estos países.

Financiado por: Ministerio de Asuntos Exteriores de Finlandia.

Implementado por UICN, con el apoyo de: Tropenbos Internacional Colombia, Instituto Alexander Von Humboldt e Instituto de Montaña, Fundación Eciencia.



©Colectivo Sinestesia. UICN. Proyecto
"Comunidades de los Páramos"

Proyecto

Comunidades de los Páramos



Proyecto

Comunidades de los Páramos

Melania Quinde Castillo,
Regidora de la Municipalidad Provincial
de Ayabaca. Piura — Perú



Las mujeres tenemos capacidad y cumplimos nuestro compromiso. Las regidoras estamos unidas por la conservación de los páramos pues es muy importante para el medio ambiente y el desarrollo de nuestras comunidades.

La Red de Regidoras del Páramo, es una organización conformada por las regidoras de las provincias que poseen páramo en su territorio, como Ayabaca y Huancabamba en la Región Piura, y Jaén y San Ignacio en la Región Cajamarca. El Instituto de Montaña Perú ayudó a su conformación en septiembre de 2013. Desde la fecha se han realizado dos encuentros de regidoras del páramo. Con su incidencia se ha aprobado en cada uno de sus Concejos Municipales la necesidad de crear y pertenecer la Mancomunidad Municipal Páramos Andinos del Perú, cuyo objetivo es articular esfuerzos municipales y de organizaciones de base para generar políticas orientadas a la conservación de los páramos y sus servicios ecosistémicos.

FRAILEJON



La paja y el frailejón
atajan la junta de bujes
juntos retienen el agua
del páramo son los reyes

la trementina que suelta
es otro remedio de esos
que aplicándola en emplasto
disque nos cura los huesos

Este viejo frailejón.
Entre el pajonal se asoma.
hasta parece un soldado
Vigilando allá en la terna

las hojas del frailejón
que curan muchos dolores
disqueen coagmento seco
el frío de los pulmones

Mariela Alonso Vargas



Mariela Alonso,
habitante del páramo de Guerrero - Colombia.

Tropenbos Internacional Colombia trabajó en el desarrollo de metodologías de reconocimiento, sistematización y valoración del conocimiento local de los campesinos y campesinas de los páramos de Guerrero y Chingaza.

Mariela Alonso, habitante del páramo de Guerrero, beneficiaria del proyecto Comunidades de los páramos, Colombia y gran conocedora de las especies vegetales del páramo de Guerrero, de sus funciones ecológicas y de los usos medicinales, religiosos o alimenticios de cada planta, consignó, a través de ilustraciones y coplas, los saberes locales y el conocimiento que le otorga la relación diaria, cotidiana, con el territorio.

Soluciones basadas en la Naturaleza a los retos mundiales del clima, la alimentación y el desarrollo

El papel que cumplen los ecosistemas en la adaptación de las personas al cambio climático y en la disminución de los efectos de eventos climáticos extremos, continúa siendo un tema de discusión para muchos gobiernos y actores en la región. La Oficina Regional para América del Sur de la UICN trabaja en la implementación de soluciones basadas en la naturaleza, a través de proyectos que confirman que éstas constituyen opciones prácticas para la mitigación y la adaptación al cambio climático, así como la reducción del riesgo de desastres.



Mejorar la forma que tienen las sociedades de hacer frente a los riesgos y las incertidumbres relacionadas con el agua será decisivo para adaptar el sector hídrico a la mayor variabilidad y cambio climáticos.



Proyecto Construyendo diálogos y gobernanza de ríos – Bridge

La Gestión Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) es el paradigma actual de la gestión del agua. Implementar la GIRH al interior de las cuencas de un país es ya un reto; hacerlo en cuencas transfronterizas constituye un reto aún mayor.

Este proyecto busca desarrollar herramientas técnicas que promuevan la gestión integrada del agua por parte de los países que comparten cuencas, tales como: Zarumilla y Catamayo-Chira (Ecuador-Perú), Lago Titicaca (Perú-Bolivia), Mira-Mataje y Carchi-Guaytara (Ecuador- Colombia).

Para lograrlo, impulsará la elaboración de estándares para compartir información y apoyar la implementación de sistemas de información de recursos hídricos. Se apoyará también la conformación de comisiones técnicas binacionales que promuevan la implementación de la GIRH y la conservación del agua en cuencas transfronterizas y se fortalecerán las capacidades de gobernanza del agua en actores locales y nacionales.



©Mario Aguirre

Financiado por: Agencia Suiza para el Desarrollo y la Cooperación COSUDE.

Implementado por: UICN.

Proyecto

Construyendo diálogos y gobernanza de ríos — Bridge

Número de personas a las que beneficia:

Aproximadamente **100 000** habitantes

Área involucrada:

Cuenca del río Zarumilla: **863** Km²

Entidades gubernamentales con las que trabaja:

3 en Perú (Autoridad Nacional del Agua ANA, Administración Local de Agua Tumbes, Ministerio de Relaciones Exteriores); **3** en Ecuador (Secretaría Nacional del Agua SENAGUA, Demarcación Hidrográfica de Jubones de SENAGUA, Instituto Nacional de Meteorología e Hidrología INAMHI) y **1** binacional (Secretaría Técnica de la Comisión Binacional GIRH Zarumilla).

Monto del proyecto:
USD 574.000

Construyendo diálogos y gobernanza de ríos — caso Cuenca transfronteriza río Zarumilla

Otros países en los que se implementa:

Ecuador y Colombia

Gobiernos locales con los que trabaja:

4 mediante la Comisión Binacional (La Municipalidad Provincial de Zarumilla de Perú y los Municipios de Arenillas, Huaquillas y las Lajas de Ecuador).

Poblaciones a las que beneficia:

En Perú: Zarumilla, Aguas Verdes, Loma Saavedra, Papayal, La Palma, Matapalo y Quebrada Seca
En Ecuador: Paraíso, La Victoria, Libertad, Guabillo, Chacras, Huaquillas, Carcabón, Palmales

La gestión transfronteriza de la Cuenca del Río Zarumilla, entre Ecuador y Perú, nos permite manejar la cuenca de forma integral. Por ello, estamos avanzando primero en la consolidación de la información para la gestión integrada de recursos hídricos; igualmente realizamos monitoreos participativos de la calidad del agua y nos capacitamos y mejoramos nuestros conocimientos en la gestión transfronteriza de recursos hídricos.

Hasta la fecha contamos con una comisión binacional que ha trabajado en la futura elaboración del plan de gestión integrada de recursos hídricos de Zarumilla. Hemos recibido asesoramiento y apoyo por parte de la UICN para la conformación de la Comisión Binacional, que ya tiene reglamentos aprobados. También está en camino de aprobación el convenio para elaborar el plan de gestión.

Elsi Romero y Marino Palacio,
Demarcación Hidrográfica del río Jubones,
Secretaría Nacional del Agua, Ecuador.



El proyecto Gestión del Agua en Cuencas Transfronterizas de la UICN ha permitido a los técnicos de SENAGUA capacitarse en la gestión integrada de recursos hídricos. Adicionalmente, la posibilidad de contar con la información centralizada de la cuenca de ambos países, Ecuador y Perú, en un geoportal, que está disponible para los técnicos de la institución: <http://aguaparanaturaleza.org/index.php>.



Los mecanismos REDD deberán integrarse y complementar procesos en marcha tendientes a reformar la gobernanza forestal, con el fin asegurar los derechos de las comunidades locales y los pueblos indígenas que dependen de los bosques, propiciar el acceso y la distribución equitativa de beneficios, promover el manejo sostenible de los bosques y la conservación de la biodiversidad.



Proyecto REDD+ Perú

Este proyecto es parte de la iniciativa global Distribución de Beneficios de REDD+ que se desarrolla en Ghana y México. En Perú, busca viabilizar acciones REDD+ tempranas en la región de San Martín, específicamente en la zona de amortiguamiento del Bosque de Protección Alto Mayo como una alternativa para frenar la deforestación y promover opciones productivas entre las comunidades locales, que permitan reducir el aumento de la frontera agrícola.

Para lograrlo, el proyecto desarrollará mecanismos de distribución de beneficios apropiados, justos y favorables a las poblaciones locales, alineadas con las políticas y estrategias regionales y nacionales. Adicionalmente, promoverá acuerdos a nivel local y nacional para facilitar la administración equitativa y eficiente de los pagos por las actividades REDD+. Y, se compartirán las lecciones aprendidas en el diseño y la implementación de mecanismos para la distribución de beneficios REDD+ en una comunidad de práctica.

El proyecto medirá el impacto en los medios de vida de las comunidades; los beneficios de REDD+ estarán orientados a ofrecer alternativas productivas, con la premisa de que así como las comunidades se benefician, también se comprometen a detener la tala de bosques. En Perú existen más de 30 iniciativas piloto REDD, con este proyecto, la UICN aporta con un ejemplo práctico que puede servir de guía para otras experiencias.



© Karen_Podvin

Financiado por: Iniciativa Internacional del Clima (ICI) del BMUB.

Implementado por UICN, con el apoyo de: AIDER y CI-Perú.

Proyecto

Proyecto REDD+ Perú



Gustavo Suárez de Freitas,
Coordinador Ejecutivo del Programa Nacional de Conservación de Bosques para la Mitigación del Cambio Climático



En el Perú estamos empezando a trabajar en la Estrategia de Bosques y Cambio Climático y uno de los aspectos que ha tenido un menor desarrollo es justamente la distribución de beneficios. En ese sentido, poder contar con el proyecto de UICN nos va a permitir comenzar a identificar los elementos más críticos de un esquema de distribución de beneficios, porque la idea es que los recursos lleguen donde se necesitan, comenzando por la gente local que es quien toma la decisión de deforestar o no. Igualmente que podamos apoyar y contribuir a que todo el sistema que soporta las actividades REDD+ y sus actores puedan ser incorporados. Por otro lado, es interesante entender y darse cuenta que la distribución de beneficios no significa dar dinero directamente a cada individuo, sino que hay diferentes mecanismos a través de los cuales se puede plantear esta distribución y que esto puede ser parte de acuerdos que no solo se refieren solamente al carbono, sino a espacios que brindan una multiplicidad de beneficios. Un tema importante y que está abierto a la discusión es la coordinación con las organizaciones indígenas, en el marco de la Red Indígena Amazónica, para entender cómo se puede construir algún acuerdo con las organizaciones y comunidades vinculadas a estos esquemas.



La UICN promueve una mejor comprensión del papel que cumplen los bosques en el mantenimiento de los medios de vida de los pobladores rurales. En colaboración con comunidades locales y gobiernos nacionales, busca también un mayor acercamiento hacia actores del sector privado, para asegurar que los derechos y la tenencia sean adecuadamente abordados en sus estrategias y operaciones.



©Eduardo Fernandez

Projeto Investimentos Privados em Restauração de Paisagem (PILaR)

A redução do desmatamento aliada à restauração de áreas degradadas consiste em uma ótima oportunidade de redução de emissões de gases do efeito estufa no Brasil. Desse modo, há uma necessidade urgente por mapeamento e classificação de áreas degradadas, pesquisa em design de restauração florestal na escala da paisagem e mais atividades de restauração. Estas ações contribuirão diretamente com avanços relacionados às demandas do novo Código Florestal, das metas do Bonn Challenge, do Plano Nacional de Mudanças Climáticas do país, do Plano ABC para uma Agricultura de Baixo Carbono e do Plano Nacional de Recomposição da Vegetação Nativa.

Com isso, o intuito do projeto é incentivar o estabelecimento de fluxos financeiros que possam viabilizar o aumento de escala e fortalecimento da cadeia produtiva de restauração. No Brasil o projeto será executado na Mata Atlântica. As atividades vão se expandir e se construir a partir do relacionamento já existente entre a UICN e o Pacto de Restauração da Mata Atlântica e as iniciativas em andamento dos parceiros dentro deste bioma.

O projeto está estruturado em três linhas de ação. A primeira é a consolidação de estudos financeiros e análises sobre os gargalos que restringem a estruturação da cadeia produtiva da restauração. A segunda é o estabelecimento de sítios piloto, com a construção de capacidades locais e interação entre setor privado e comunidade, de modo a oferecer experiência para aplicações em grande escala. A terceira consiste na sistematização das lições aprendidas em processos nacionais relevantes, amplificação e disseminação de ferramentas de monitoramento existentes e a incidência política.

Participantes: Instituto Çarakura, IIS, Pacto da Restauração da Mata Atlântica, SMA/SP, Atrium, CEPAN, TNC, WRI, SBF/MMA.

Doador: Norad/CFI - Noruega.

Projeto

Investimentos Privados em Restauração de Paisagem (PILaR)




Severino Ribeiro Pinto, Diretor de Projetos, Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste, Brasil.



La percepción de lo que significa “restauración” ha cambiado en varias familias de agricultores de Pernambuco. Ellos tenían una percepción de restauración amateur en cuanto a la producción de material vegetal y la oportunidad de negocios, generación de ganancias y empleos. Con el proyecto de Restauración Forestal que implementa la Oficina Nacional de Brasil de la UICN, desarrollamos un plan de negocios y presentamos tecnologías de producción de plántulas para que visualicen la cadena productiva de la restauración ecológica y todos sus enlaces. Hecho esto, los agricultores empezaron a tener una visión real de la cadena, más la actividad de la restauración ecológica y las oportunidades que tenían con ella.

Se trata de una experiencia pionera y estratégica para Brasil. Trabajar la cadena productiva de la restauración ecológica con una perspectiva de generación de “trabajos verdes” para pequeños agricultores de escasos recursos y apoyo a revertir el cuadro de colapso de pérdida de hábitat naturales y de biodiversidad amenazada, convierte a este proyecto en protagonista de iniciativas prácticas de conservación en la porción más amenazada del Bosque Atlántico brasileño. Este tipo de iniciativa es clave para el cambio de uso de suelo y el incremento de la cobertura de bosque.



Son más de 1.000 familias con las que el proyecto trabaja en restauración y manejo de paisaje. Así se mantiene la producción de leña y, al mismo tiempo, los servicios ambientales como el agua y los productos como la madera. Para 2014 se espera que la articulación de estos pequeños propietarios de tierra se construya en comunidades de conocimiento que puedan consolidar los aprendizajes y avanzar con el manejo de paisaje a una condición de manejo más efectivo en el futuro.



Projeto

Cadeia Sustentável de Fornecimento de Lenha

A cadeia produtiva de tabaco é atualmente de grande importância econômica e social, sendo o Brasil o maior exportador do produto no mundo todo. Para o processamento das folhas é necessária a secagem com a utilização de lenha, a qual tem sido obtida a partir do plantio de espécies exóticas, como Pinus e Eucalyptus, afetando decisivamente a composição da paisagem. Em virtude da magnitude dessa atividade, das consequências ecológicas do uso de espécies não-nativas e da necessidade crescente de amenizar os impactos de origem humana sobre as áreas naturais, faz-se necessário reestruturar a prática de obtenção de lenha, manejando a paisagem de forma mais sustentável e de maneira economicamente viável e rentável.

Este projeto busca dar suporte ao desenvolvimento e implementação de práticas mais sustentáveis de obtenção de lenha usada no processamento e secagem das folhas de tabaco, garantindo a articulação dos diferentes stakeholders (produtores familiares, fazendeiros, instituições governamentais e representantes do setor privado), incentivando a diversificação da produção nas propriedades.

A través da produção de material de divulgação com linguagem adequada sobre as principais espécies nativas que podem ser utilizadas no processo e as bases legais desta atividade de acordo com o novo código florestal do país, o projeto fornecerá suporte técnico necessário para a obtenção de madeira mais sustentável na cadeia produtiva do tabaco na região sul do Brasil. Além disso, busca articular os atores-chave de diferentes setores da sociedade, no sul do Brasil, para definir uma visão de futuro comum e planos de trabalho detalhados para o estabelecimento de duas Comunidades de Conhecimento em silvicultura e manejo de espécies nativas, especialmente focadas na produção de lenha na região produtora de tabaco.

Participantes: Instituto Çarakura, UICN, AFUBRA, Philip Morris Brasil, CABI, NEAMB/UFSC.

Doadores: Philip Morris International.

Projeto

Cadeia Sustentável de Fornecimento de Lenha



Richard Eilers Smith,
Coordinador general del proyecto.



Rodrigo Bicudo Merege,
Coordinador tecnico, Instituto Çarakura.

En 2013 entrevistamos a 244 productores de tabaco en 33 ciudades del sur de Brasil, con interesantes resultados. Un 66% de ellos tiene poco o ningún conocimiento sobre las leyes ambientales. El uso de especies nativas, a pesar de tener un gran potencial, es mínimo, puesto que los productores temen ser objeto de fiscalización ambiental. La producción de leña no incluye criterios o prácticas de silvicultura, lo que ha generado una degradación de sus tierras.

El desafío de mejorar la producción, con eficiencia y productividad, es grande. El principal cambio es sustituir las especies de madera exótica (pino y eucalipto) que utilizan las familias, por especies nativas como la Bracatinga. Además, implementar el tema de las asociaciones con otras entidades de gobierno y empresas para multiplicar el efecto de un manejo ecológico de paisajes. Finalmente, la consolidación de casos piloto, ejemplos de éxito de propiedades que son rentables, utilizan especies nativas y respetan las leyes ambientales.



La Adaptación basada en Ecosistemas (AbE) consiste en utilizar la biodiversidad y los servicios de los ecosistemas como parte de una estrategia amplia, que conlleva beneficios sociales, económicos y culturales y contribuye a la conservación de la biodiversidad.



Proyecto Adaptación al cambio climático en ecosistemas de montaña

Este proyecto busca reducir la vulnerabilidad de la población de la Reserva Paisajística Nor Yauyos Cochas al cambio climático y aumentar su capacidad de resiliencia; así como promover la Adaptación basada en Ecosistemas de montaña en diversas partes del mundo y potencialmente en otros tipos de ecosistema.

Mediante la implementación de medidas de AbE, que comprende: el desarrollo y la aplicación de metodologías y herramientas para la toma de decisiones, la aplicación de medidas robustas, el fortalecimiento de capacidades y la promoción de la integración de la AbE en las estrategias y programas nacionales y subnacionales de adaptación al cambio climático.

Las medidas robustas se construyeron a través de un proceso participativo de planificación, diagnóstico, diseño y validación que incluyó a varios actores: representantes e investigadores locales de las dos comunidades, técnicos y guardaparques de la RPNYC-SERNANP, especialistas externos y el proyecto EbA.



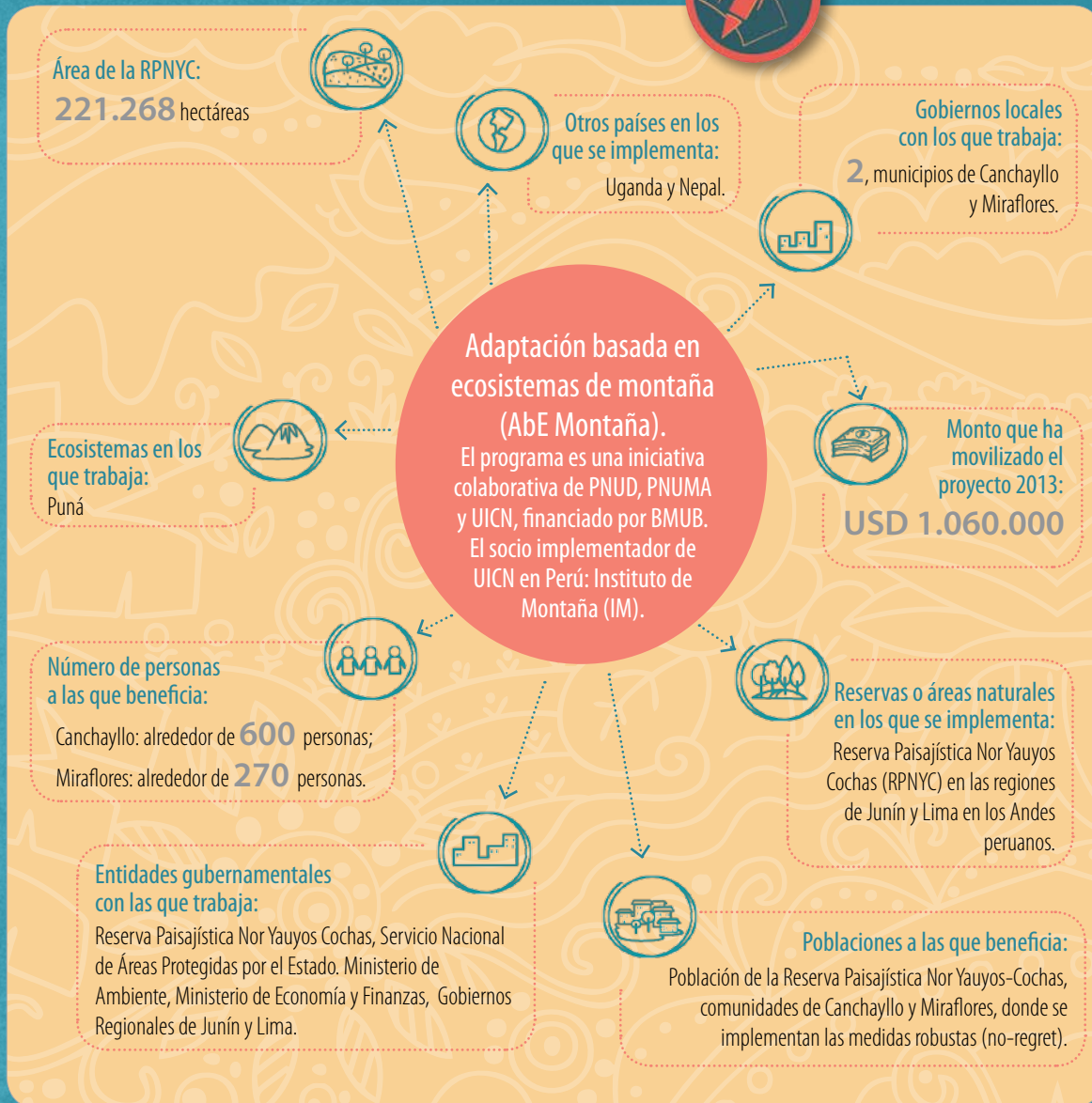
©Anelí Gómez

Financiado por: BMUB.

Implementado por UICN, con el apoyo del Instituto de Montaña - Perú.

Proyecto

Adaptación al cambio climático en ecosistemas de montaña



Florencia Zapata,
especialista del Instituto de
Montaña – Perú.

El proyecto Adaptación al cambio climático en ecosistemas de montaña de la UICN, PNUMA y PNUD es pionero en implementar medidas de AbE en zonas de montaña. Como Instituto de Montaña Perú, tenemos mucho que aprender sobre cómo diseñar y poner en marcha medidas de AbE. Es por eso que ha sido diseñado justamente como una iniciativa piloto; es decir, que esperamos que lo que aprendamos ayude a diseñar medidas de AbE que puedan ser implementadas en diversas zonas de montaña del Perú y del mundo. Siendo ese el espíritu del proyecto, su valor como “escuela” para otras iniciativas de adaptación al cambio climático en los Andes peruanos es muy importante. Por ejemplo, esperamos que este proyecto nos ayude a responder varias preguntas: qué tipo de información necesitamos antes y durante el diseño y puesta en marcha de las medidas de AbE; qué consideraciones, tanto biofísicas como sociales, hay que tomar en cuenta a la hora del diseño de las medidas, de manera de asegurar la integridad de los ecosistemas y los servicios que brindan cuenca abajo; a quiénes debemos involucrar en el proceso de diseño e implementación y cómo hacerlo de manera efectiva; cómo ayudar a que las poblaciones y autoridades locales se involucren de manera activa y tengan un rol de liderazgo; qué indicadores necesitamos medir y cómo hacerlo a lo largo del tiempo; por solo nombrar algunas de las interrogantes que tenemos. Y si bien las medidas de AbE deben responder a contextos muy específicos, definitivamente hay muchas y valiosas lecciones que obtendremos de esta iniciativa.



La tendencia al aumento del número de desastres y sus impactos en las comunidades por efectos de eventos climáticos extremos asociados al cambio climático es evidente en la región. Los ecosistemas saludables pueden contribuir reducir ese riesgo y a lograr una mayor resiliencia de las personas y el medio ambiente.



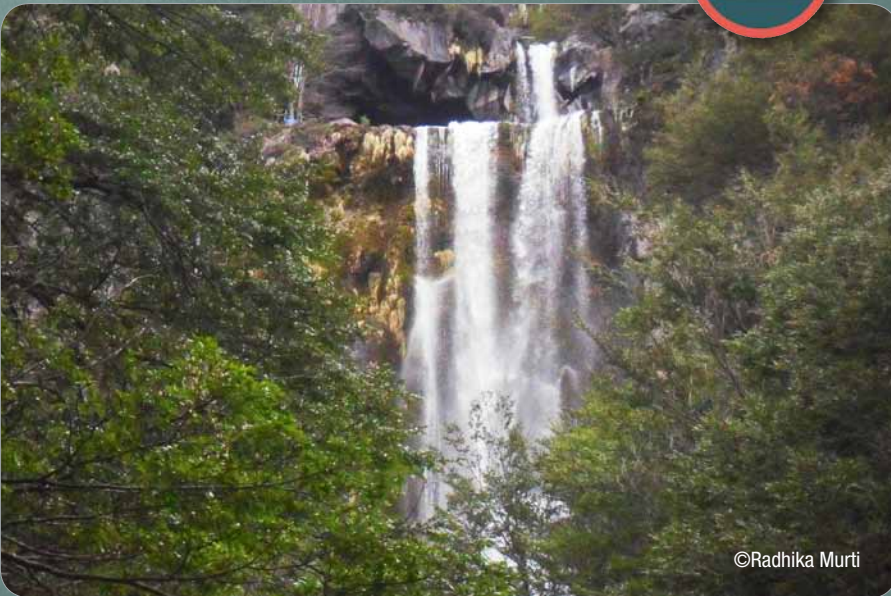
Proyecto

Ecosistemas para la protección de infraestructura y comunidades - EPIC

Durante las últimas décadas el número de desastres y sus impactos en las comunidades de todo el mundo ha aumentado de manera constante. Esta tendencia continuará como resultado de eventos climáticos extremos asociados al cambio climático. Por ello, es importante investigar el papel que cumplen ecosistemas saludables para ayudar a proteger a las comunidades de los desastres y hacer frente a sus efectos.

Este proyecto busca promover la conservación de los servicios que generan los ecosistemas forestales como parte integral de las políticas, estrategias y programas para la reducción del riesgo de desastres y la adaptación al cambio climático en la Reserva de la Biosfera Corredor Biológico Nevados de Chillán – Laguna del Laja, Región del Biobío Chile.

Para lograrlo, el proyecto desarrollará un estudio sobre la capacidad de los bosques para la protección contra avalanchas y un análisis de la vulnerabilidad al cambio climático, proponiendo soluciones de fácil aplicación. También llevará a cabo un proceso de fortalecimiento de capacidades, comunicación e incidencia política.



©Radhika Murti

Financiado por: Iniciativa Internacional del Clima (ICI) del BMUB.

Implementado por UICN, con el apoyo del Instituto Federal Suizo de Investigaciones sobre la Nieve y las Avalanchas y el Ministerio del Medio Ambiente de Chile.

Proyecto

Ecosistemas para la protección de infraestructura y comunidades - EPIC



**Carmen Amo, Daniel Álvarez de la Torre,
María Cecilia Jiménez,**
Ministerio del Medio Ambiente, Chile.

Si bien es una iniciativa local, el proyecto Ecosistemas para la Prevención de Infraestructura y Comunidades que se implementa en la Reserva de la Biosfera Corredor Biológico Nevados de Chillán – Laguna del Laja, Región del Biobío, está aportando mucha información a un tema del cual conocemos poco, que es el de riesgos naturales en montañas y cómo los ecosistemas pueden apoyar a mitigar los impactos de posible desastres.

El rol de los ecosistemas en la atenuación de impactos de posibles desastres naturales exacerbados por el cambio climático es algo de lo cual nuestros pueblos originarios ya tenían conocimiento. Estas soluciones basadas en ecosistemas son, además, aplicables en distintos tipos de ecosistemas, no solo de montañas, sino también en humedales sujetos a riesgos de inundaciones, en áreas de borde costero sujetas a riesgo de tsunami y en áreas de especies nativas bajo riesgo de incendios forestales.

La iniciativa ha sido interesante, no solo desde el lado científico, sino desde el punto de vista de la participación de actores, puesto que ha permitido reunir a distintas personas y grupos relacionados con la temática de la Reserva de la Biosfera, generando un vínculo en pro de la conservación y el uso sustentable de este territorio.

Otro efecto positivo ha sido la posibilidad de demostrar y compartir la experiencia de que las soluciones basadas en la naturaleza son costo-eficientes y ameritan ser tomadas en cuenta por la política nacional, no solo de medio ambiente, sino también de otros sectores que igualmente tienen incidencia en el manejo de riesgos naturales. La gestión de riesgos en ha sido tradicionalmente tratada por los planificadores territoriales desde la generación de nueva infraestructura, cuando existe infraestructura natural que debe ser considerada. El reto es generar un cambio cultural en este grupo para que incorpore efectivamente el concepto de “ecosistemas que proveen protección ante riesgos” en sus instrumentos de planificación territorial.

Confiamos en que los tomadores de decisiones a alto nivel utilizarán este conocimiento que refleja que los valores de implementación son muy bajos, en relación con los costos de reparación post- emergencia, además de ser sustentables y muy aplicables.

